

A Jurete

10/12/85 p. 11

Estado concede à Petrobrás a venda de gás

O governador Albuíno Azere-do vai assinar, na próxima quinta-feira, com a Petrobrás Distribuidora, um contrato de concessão de exploração dos serviços de distribuição de gás canalizado, em todo o Espírito Santo, por um período de 50 anos. O contrato prevê a distribuição do produto não só para os estabelecimentos comerciais e industriais, mas também para as residências. A assinatura está confirmada para as 11 horas, no Palácio Anchieta, segundo informou ontem o coordenador de Energia da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (Sedes), Helder Zenóbio.

Além do presidente da Petrobrás Distribuidora, Orlando Galvão Filho, e do governador, assinam o documento o presidente da Petróleo Brasileiro S/A (Petrobrás), Joel Mendes Renno. No papel de dirigente máximo da **holding** controladora da concessionária, ele vai avaliar o termo de compromisso entre as duas partes. O contrato de concessão prevê, entretanto, a suspensão automática de todas as cláusulas se a empresa vier a ser privatizada.

Investimento

Helder Zenóbio explicou que os Estados conquistaram o poder de concessão na área do gás a partir da promulgação da Constituição de 88. A exploração dos serviços de distribuição, conforme a legislação, pode ser feita diretamente, através de uma empresa estadual, ou por concessão

à empresa estatal. “O Espírito Santo não dispunha de recursos e experiência suficientes para implantar uma empresa própria para executar este serviço”, justificou.

A vantagem da concessão à Petrobrás Distribuidora, segundo o coordenador da Sedes, é que a empresa estará comprometida a atender a toda demanda de gás que ocorreu no território capixaba. De acordo com ele, isto obrigará a Petrobrás Distribuidora a investir na produção e na expansão de seu gasoduto. Para a economia capixaba, a importância do contrato é que o Governo poderá atrair empreendimentos cuja fonte de alimentação é a energia gerada por esse produto. “A falta de suprimento de gás não será mais um argumento para que novas empresas não se instalem no Espírito Santo”.